

# Quadro informativo

**Pregão Eletrônico N° 90014/2025** (Lei 14.133/2021)

**UASG 389185 - CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINARIA**

---

29/08/2025 14:37

Prezado(a) Pregoeiro(a), bom dia. venho solicitar os seguintes esclarecimentos:

- 1) Há um contrato atualmente em vigor? Caso os serviços já estejam sendo prestados, gostaríamos de saber a identidade da empresa responsável.
- 2) O preposto deve permanecer no local de prestação de serviço o tempo todo, ou pode apenas monitorar o contrato e visitar o local ocasionalmente?
- 3) É permitido que um dos profissionais encarregados do escopo contratual atue como preposto?
- 4) A planilha de custos precisa incluir, obrigatoriamente, os benefícios determinados na CCT, como assistência médica, odontológica, seguro de vida e auxílio funeral? Se não incluídos, a proposta será desclassificada?
- 5) Qual é a alíquota do ISS do Município onde o serviço será prestado?
- 6) Algum funcionário tem direito a adicionais de periculosidade ou insalubridade? Se sim, qual o grau?
- 7) A jornada de trabalho será registrada por meio de ponto eletrônico ou outras formas são aceitáveis? Caso seja por ponto eletrônico, quantos dispositivos serão necessários?
- 8) O órgão já cotou o valor do relógio de ponto e incluiu-o no custo?
- 9) Quantos dias úteis devem ser considerados para o fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação? Pode ser usada a média de dias como base para o fornecimentos do vales?
- 10) Qual é o valor atual da tarifa de transporte público no município?
- 11) É necessário considerar o adicional de intrajornada?
- 12) Poderiam dar mais especificações dos uniformes?
- 13) Há necessidade de fornecer materiais e/ou equipamentos?
- 14) Qual é a produtividade adotada ou será contratação por postos de serviços?
- 15) Existe a possibilidade de alteração da produtividade estipulada, caso tenha sido usada?
- 16) Poderia fornecer a planilha de custos (e, se aplicável, de materiais/equipamentos) em formato Excel?
- 17) Propostas cadastradas com valor acima do estimado serão desclassificadas ?
- 18 ) De acordo com o Art. 63, inciso IV da Lei 14.133/2021, na fase de habilitação das licitações será exigida do licitante uma declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência(PCD) e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. Essa exigência será rigorosamente cumprida e constatada na fase de habilitação? No caso de um licitante declarar falsamente que cumpre as cotas para deficiente e reabilitado da Previdência Social , o Licitante será declarado inabilitado do processo licitatório? Além disso, haverá punições específicas para aqueles que fizerem

declarações falsas sobre o cumprimento dessas cotas, como suspensão do direito de licitar, multa ou advertência?

## RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 2

Interessado(a): xxxxxx

Data/hora do envio do pedido: 27/08/2025, às 15h46

Objeto: Pregão Eletrônico nº 90014/2025 – Serviços contínuos de brigada de incêndio (bombeiro civil), com dedicação exclusiva de mão de obra

### 1. Tempestividade

1.1. O pedido de esclarecimento apresentado pela interessada foi protocolado dentro do prazo previsto no item 12.1 do edital, que estabelece a possibilidade de apresentação até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, fixada para 05/09/2025. Dessa forma, o questionamento é considerado tempestivo e apto a ser respondido por esta Administração.

### 2. Manifestação do Setor demandante

2.1. Os questionamentos foram encaminhados ao Setor de Logística – SELOG, responsável pela demanda, que apresentou as respostas em 28/08/2025.

### 3. Pedido de Esclarecimento (Perguntas)

1. Há um contrato atualmente em vigor? Caso os serviços já estejam sendo prestados, gostaríamos de saber a identidade da empresa responsável.

2. O preposto deve permanecer no local de prestação de serviço o tempo todo, ou pode apenas monitorar o contrato e visitar o local ocasionalmente?

3. É permitido que um dos profissionais encarregados do escopo contratual atue como preposto?

4. A planilha de custos precisa incluir, obrigatoriamente, os benefícios determinados na CCT, como assistência médica, odontológica, seguro de vida e auxílio funeral? Se não incluídos, a proposta será desclassificada?

5. Qual é a alíquota do ISS do Município onde o serviço será prestado?

6. Algum funcionário tem direito a adicionais de periculosidade ou insalubridade? Se sim, qual o grau?

7. A jornada de trabalho será registrada por meio de ponto eletrônico ou outras formas são aceitáveis? Caso seja por ponto eletrônico, quantos dispositivos serão necessários?

8. O órgão já cotou o valor do relógio de ponto e incluiu-o no custo?

9. Quantos dias úteis devem ser considerados para o fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação? Pode ser usada a média de dias como base para o fornecimento dos vales?

10. Qual é o valor atual da tarifa de transporte público no município?

11. É necessário considerar o adicional de intrajornada?

12. Poderiam dar mais especificações dos uniformes?

13. Há necessidade de fornecer materiais e/ou equipamentos?

14. Qual é a produtividade adotada ou será contratação por postos de serviços?

15. Existe a possibilidade de alteração da produtividade estipulada, caso tenha sido usada?

16. Poderia fornecer a planilha de custos (e, se aplicável, de materiais/equipamentos) em formato Excel?

17. Propostas cadastradas com valor acima do estimado serão desclassificadas?

18. De acordo com o Art. 63, inciso IV da Lei 14.133/2021, na fase de habilitação das licitações será exigida do licitante uma declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência (PCD) e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. Essa exigência será rigorosamente cumprida e constatada na fase de habilitação? No caso de um licitante declarar falsamente que cumpre as cotas para deficiente e reabilitado da Previdência Social, o licitante será declarado inabilitado do processo licitatório? Além disso, haverá punições específicas para aqueles que fizerem declarações falsas sobre o cumprimento dessas cotas, como suspensão do direito de licitar, multa ou advertência?

### 4. Respostas

1. Não há contrato em vigor.

2. As condições constam especificadas no edital.

3. É permitido, desde que não haja prejuízo ao desempenho de suas funções principais e que seja assegurada remuneração compatível pela função de preposto.

4. A planilha deve contemplar todos os benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

5. A formação de preços é de responsabilidade da licitante, que deve observar a legislação tributária municipal aplicável.

6. Deve ser observada a Lei nº 14.133/2021, a IN nº 5/2017 e a CCT da categoria, que disciplinam as condições aplicáveis.

7. O registro da jornada é de responsabilidade da contratada, podendo ser eletrônico, manual, por aplicativo ou outro meio idôneo.

8. Cabe à empresa participante considerar esse custo, se necessário, na formação da proposta.

9. Deve-se observar a carga horária prevista no edital e na CCT aplicável.
10. A formação de preço é responsabilidade da licitante, considerando a realidade do transporte público dos trabalhadores que serão alocados.
11. Deve-se observar a Lei nº 14.133/2021, a IN nº 5/2017 e a CCT da categoria.
12. As especificações constam no edital.
13. Sim, conforme previsto no edital.
14. A forma de contratação consta no edital.
15. Será observada a produtividade definida no termo de referência.
16. A planilha encontra-se disponibilizada no portal do CFMV, na página do pregão, no link: <https://www.cfmv.gov.br/edital-do-pregao-eletronico-no-90014-2025-contratacao-de-empresa-para-prestacao-dos-servicos-continuados-de-brigada-de-incendio-bombeiro-civil/licitacao/2025/08/22/>
17. Serão desclassificadas propostas que apresentarem preços inexequíveis ou acima do orçamento estimado para a contratação.
18. Será exigida a declaração prevista no edital e na legislação. O descumprimento ou a falsidade sujeitam a empresa às penalidades cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da IN nº 5/2017 e da legislação específica aplicável.